

CNJ faz devassa na folha de pagamento de juizes de SP

Inspeção vai apurar se 17 desembargadores receberam remuneração ilegal

Força-tarefa provoca indignação no TJ-SP; grupo também vai investigar se houve enriquecimento ilícito

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

A corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) iniciou ontem uma devassa no Tribunal de Justiça de São Paulo para investigar supostos pagamentos ilegais a desembargadores e a eventual evolução patrimonial de magistrados incompatível com suas rendas.

A força-tarefa que iniciou a inspeção é composta por auditores do TCU (Tribunal de Contas da União), da Receita Federal e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão do Ministério da Fazenda, além da equipe da corregedoria.

O cruzamento de informações fornecidas por esses órgãos levou o CNJ a identificar situações suspeitas.

O foco inicial da investigação do conselho é sobre a folha de pagamentos do tribunal, o maior do país, com 354 desembargadores.

Os auditores vão verificar a suspeita de que um grupo de 17 desembargadores recebeu verbas do tribunal que não foram pagas ao restante dos magistrados da corte.

A equipe quer saber se a remuneração, cujos detalhes não foram divulgados, configurou um privilégio ilegal.

A investigação do CNJ vai buscar o tipo e motivo dos pagamentos suspeitos e os responsáveis pelas liberações.

Outro objetivo da inspeção é colher dados para apurar a evolução patrimonial de magistrados. O objetivo é saber se os bens declarados por eles são compatíveis com os seus rendimentos.

Nos últimos meses, a corregedoria do CNJ intensificou a verificação dos bens dos juizes, por meio de parcerias com os órgãos de fiscalização.

Como a **Folha** revelou no mês passado, está na mira do CNJ o patrimônio de 62 magistrados de todo o país acusados de vender sentenças e enriquecer de forma ilícita.

Também serão inspecionados pelo CNJ no Estado de São Paulo, ao longo desta semana, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e o Tribunal de Justiça Militar.

A assessoria do TJ informou ontem que o tribunal está fornecendo toda a documentação solicitada pela equipe de investigação.

A corte foi comunicada pelo CNJ de que inspeções do

A INSPEÇÃO NA JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Conselho vai investigar supostos pagamentos ilegais a desembargadores



Folha de pagamentos

A equipe do CNJ vai analisar inicialmente a folha de pagamento dos desembargadores para apurar supostas remunerações ilegais

Bens

Todos os juizes são obrigados por lei a informar seu patrimônio aos tribunais aos quais pertencem, que enviam essas informações ao CNJ

Evolução patrimonial

Os auditores vão verificar as declarações de bens que os desembargadores entregam todo ano ao tribunal, por lei

A EQUIPE DE INSPEÇÃO

Além de três representantes da corregedoria do CNJ, a força-tarefa conta com auditores do TCU, da Receita Federal e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) do Ministério da Fazenda

ATRITOS

Em setembro, corregedora do CNJ criticou resistência de tribunais a investigações

“Sabe que dia eu vou inspecionar São Paulo? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro. É um Tribunal de Justiça fechado, refratário a qualquer ação do CNJ

Eliana Calmon
corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)



“Não precisamos, pois, de Zorro, Sargento Garcia ou quaisquer outros personagens caricatos para que a lei e a Constituição sejam postas em prática

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti
Presidente da APAMAGIS



mesmo tipo serão realizadas em vários tribunais do país, segundo informou a assessoria do TJ-SP.

INDIGNAÇÃO

A devassa provocou indignação nos gabinetes da corte ontem. A inspeção pode abrir mais um capítulo na série de atritos entre a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, e setores da magistratura, principalmente da paulista.

Em setembro, Calmon criticou a resistência dos tribunais em relação a atos de fiscalização do CNJ, e mencionou o TJ de São Paulo (leia texto ao lado).

› SAIBA MAIS

Calmon criticou TJ de São Paulo em setembro

DE SÃO PAULO

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, criticou em 26 de setembro uma ação da Associação dos Magistrados do Brasil para reduzir o poder de investigação do Conselho Nacional de Justiça.

Ela classificou a ação de “primeiro caminho para a impunidade da magistratura, que hoje está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga”.

Calmon citou o Tribunal de Justiça de São Paulo: “Sabe que dia eu vou inspecionar São Paulo? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro. É um Tribunal de Justiça fechado”. Ela foi criticada pela AMB e presidente do STF, Cezar Peluso.